

Estudo Técnico Preliminar 28/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08361.001392/2024-12

2. Introdução

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo atender ao disposto na IN 58/2022-MPDG, a qual "dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital". Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o "documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação", de forma a viabilizar a contratação de empresa de fiscalização de obras para atuar de forma subsidiária no acompanhamento de execução da obra da nova sede da DPF/OPE/AP, em terreno localizado na Avenida Barão do Rio Branco, nº 500, CEP 68.980-000, em Oiapoque-AP.

Na lei nº 14.133/2021, o inciso I, do art. 18º, faz menção ao ETP como documento da fase preparatória do processo licitatório, de modo a descrever a necessidade da contratação fundamentada no referido estudo que caracterize o interesse público envolvido.

Isto posto, vê-se que esse instrumento agrega novos elementos de planejamento, destacando-se, entre outros, o estudo e a análise das soluções disponíveis no mercado para efetivo atendimento da pretensão contratual, o apontamento dos requisitos da contratação e o demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento.

Logo, o presente estudo objetiva atender aos dispositivos da IN nº 58/2022 e da Lei nº 14.133/2021.

A demanda foi formalizada no Processo SEI nº 08361.001392/2024-12 via DFD - Documento de Formalização da Demanda - GTED/SR/PF/AP (34554228), sendo anexado ao presente processo para cumprimento dos requisitos da IN 58/2022-MPDG.

Principais normativos aplicados à contratação:

As normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

Códigos tributários dos municípios onde serão realizados os serviços.

Código Municipal de Obras e Edificações do município de Oiapoque/AP;

Lei nº 14.133/2021 e suas alterações;

Leis e Normas de Engenharia e Arquitetura;

Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

Instrução Normativa nº 2, de 04 de junho de 2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de serviço especial de engenharia. Apesar de se tratar de um serviço técnico especializado, existe um certo domínio do mercado sobre as técnicas de realização do objeto da presente licitação, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

3. Descrição da necessidade

Atualmente, a construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque encontra-se em fase de contratação, com previsão de início das obras de execução do contrato para 10/2024, e ainda, considerando que o orçamento previsto é de R\$ 17.098.168,22 (dezessete milhões, noventa e oito mil, cento e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos) e a dificuldade de acesso ao Município, é previsto que uma obra dessa magnitude exige um grande esforço de fiscalização.

Uma das atividades a serem desempenhadas diariamente na obra é a fiscalização da execução a fim de checar a entrega e a qualidade do produto/serviço contratado em correspondência com os projetos aprovados, bem como a observância do fiel cumprimento do Edital, da legislação e normas técnicas pertinentes.

Ressalva-se a escassez de engenheiros nos quadros da Polícia Federal para fiscalizar esse contrato, além da falta de estrutura, como equipamentos específicos para o devido acompanhamento da obra, que poderá ser sanado com a contratação da empresa especializada, que deverá compor profissionais experientes e os equipamentos necessários para uma fiscalização adequada.

Convém ressaltar que os empreendimentos de grande porte, devido aos elevados investimentos, como a nova Sede desta Delegacia, normalmente demandam uma grande equipe técnica de fiscalização e controle da sua execução física, financeira e tecnológica.

A qualidade de entrega de uma obra e o cumprimento do prazo previsto para sua finalização dependem de vários fatores, e a fiscalização de obra se inclui entre um desses aspectos, uma vez que o acompanhamento diário, próximo, com transparência e eficiência é essencial para verificação das conformidades.

Por se tratar de uma obra de grande porte, envolvendo diversas especialidades, grande quantidade de pranchas de desenho, memoriais descritivos, diversas normas de execução, diversidade de memoriais de cálculo, diversas especificações de materiais e equipamentos, é necessária a criação de uma logística eficiente para permitir a fiscalização da obra, de forma a garantir a perfeita execução dos projetos, o cumprimento do cronograma físico-financeiro e assegurar o fiel cumprimento das cláusulas do contrato. Torna-se necessária, portanto, a contratação de empresa para auxiliar os servidores nomeados pelo órgão na etapa de fiscalização da execução da obra da nova sede.

Desta forma, considerando o quadro de efetivo atual de servidores com formação em engenharia e com experiência em obras lotados no GTED/SR/PF/AP e a dificuldade de acesso ao município de Oiapoque, a contratação de equipe terceirizada para apoiar os servidores do referido grupo na fiscalização da execução de obra de construção da nova Sede da DPF/OPE/AP faz-se necessária e viável, pois evita a possibilidade de problemas futuros no que tange ao controle, fiscalização e prazos satisfatórios das obras.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SR/PF/AP	João Victor Melo Coutinho
GTED/SR/PF/AP	Sérgio Clodoaldo Santos Ferreira

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação de empresa especializada em fiscalização de obra de engenharia, com qualificação técnica adequada, para execução de serviços técnicos especializados de supervisão e apoio à fiscalização na execução da obra da nova Sede da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque, DPF/OPE/AP, em terreno localizado Avenida Barão do Rio Branco, nº 500, CEP 68.980-000, em Oiapoque-AP, com a elaboração periódica de relatórios técnicos e atividades descritas no Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos.

Natureza da Contratação:

As atividades serão executadas sob a supervisão e orientação dos servidores da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá, que tratarão diretamente com o representante e/ou preposto da contratada.

Todos os profissionais deverão ter experiência comprovada. As atividades a serem comprovadas são: Acompanhamento, fiscalização, supervisão e vistoria de obras e serviços de engenharia, relatórios, elaboração de projetos e orçamentos, englobando todas as atribuições previstas para essa contratação.

Segundo a Lei 14.133/2021, Art. 29º, Parágrafo Único, “O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.”

A licitação será na modalidade CONCORRÊNCIA, com critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

O aspecto técnico está intrinsicamente ligado à atividade de engenharia, de modo que a licitação que versa sobre esse tema sempre requer uma qualificação técnica mínima por parte da contratada. O menor preço é um critério que deve ser buscado dentro do processo licitatório, sem prejuízo da qualidade, com vistas a promover a escolha mais vantajosa à administração, atendendo ao princípio da economicidade.

O parágrafo 2º combinado com os incisos I e II, do art. 37, da nova lei de licitações (lei nº 14.133/2021) estabelece que “Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do **caput** do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por: I - melhor técnica; ou II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.”

Em um desses serviços incluem-se a fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços, contido na alínea “d” supracitada. Logo, a contratação do referido serviço, via de regra, deve ser pelo critério da melhor técnica ou por técnica e preço. Tal diretriz baseia-se no fato de que nesse serviço a qualidade do produto é muito mais relevante do que o preço propriamente dito. Portanto, estipular requisitos além dos mínimos aceitáveis faz-se necessário. Apesar da escolha do serviço de melhor qualidade para alguns serviços, não pode ser preterido o critério preço. Para tanto deve-se buscar conjugar os dois critérios visando à contratação mais vantajosa à administração pública, sem deixar de avaliar a proposta técnica em consonância com a proposta de preços.

O tipo técnica e preço, cujo critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, tem por base a maior média ponderada, considerando-se as notas obtidas nas propostas de preço e técnica.

Critério de julgamento das propostas

No processo em questão optou-se pela seleção com base no critério “preço e técnica”, com vistas a escolher a empresa que apresente a melhor qualificação técnica, além da mínima estabelecida nas qualificações técnico-operacional e técnico-profissional, sem deixar de avaliar o menor preço, conforme critérios de pontuação instituídos neste documento.

A seleção terá como base a apresentação de proposta técnica e proposta de preço, as quais receberão notas técnica (NTc) e de preço(NPr), respectivamente. A Nota Final (NF) da licitante será a média ponderada dos dois valores anteriormente referidos, sendo que a Nota Técnica (NTc) terá peso de 70% (setenta por cento) e a Nota de Preço (NPr) peso de 30% (trinta por cento).

Proposta Técnica

Será atribuída a cada proposta uma “Nota Técnica” (NTc), limitada a 100 (cem) pontos, a qual será obtida por meio da fórmula abaixo com base nos seguintes critérios: Experiência Específica da Empresa e Equipe Técnica.

$$NTc = NTc1 + NTc2$$

A composição da Nota Técnica e a distribuição de notas de seus itens constituintes, é apresentada no quadro abaixo.

Item	Conteúdo	Nota Máxima
NTc1	Experiência Específica da Empresa	40
NTc2	Equipe Técnica	60
TOTAL		100

Além das situações previstas no Art. 59 da Nova Lei de Licitações, será desclassificada a proposta técnica que não se enquadre no mínimo aceitável para os itens em que houver tal exigência e a proposta que a pontuação para a avaliação técnica resultar em 0 (zero) ponto na aferição do respectivo item.

O detalhamento da pontuação atribuída a cada item da NTc1 e NTc2 estará descrito no Termo de Referência.

A nota técnica final (NTf) é limitada a 100 (cem) pontos e será obtida por meio de fórmula descrita no Anexo XV - Critérios de Julgamento das Propostas.

Proposta de preço

As propostas de preços serão avaliadas pelo seu preço global, conforme critério exposto a seguir.

A Nota de Preço (NPr) será calculada da seguinte forma:

- À proposta válida com menor preço será atribuída a nota de preço (NPr) máxima 100 (cem);

- Para as demais propostas será utilizada a seguinte fórmula:

$$NPr = (mPr / PR) \times 100$$

Onde:

- NPr = Nota de Preço

- mPr = Proposta com Menor Preço entre as Propostas Válidas

- PR = Preço da Proposta em Análise

Pontuação dos proponentes

O julgamento será feito pelo somatório das notas de PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇOS, sendo a nota de PROPOSTA TÉCNICA com peso de 70% (setenta por cento) e a nota de PROPOSTA DE PREÇO com peso de 30% (trinta por cento) totalizando um percentual de 100% (cem por cento).

A Licitante deverá apresentar a Memória de cálculo da pontuação apresentada, conforme Modelo 1, anexo ao Termo de Referência, relativa à:

- Experiência Específica da Empresa

- Experiência da Equipe Técnica

O cálculo da Nota Final (NF) dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnica e de preço, conforme Equação:

$$NF = (70*NTc + 30*NPr)/100;$$

Onde:

NF = Nota Final;

NTc = Nota Técnica;

NPr = Nota de Preço

Ao fim do cômputo da pontuação, as propostas serão classificadas em ordem decrescente de Nota Final (NF).

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate dar-se-á pelos critérios estabelecidos no Art. 60 da Lei nº 14.133 /2021.

Duração Inicial do Contrato:

O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, estimado em função do tempo de duração da obra, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observado o art. 111 da Lei nº 14.133/2021. Haja vista a relação direta do desenvolvimento do objeto tratado neste estudo com a execução da obra contratada, a qual corre no processo SEI nº 08361.000950/2024-22.

Previsão para o início da execução dos serviços: DEZEMBRO de 2024.

Aspectos a Serem Observados

Técnicos:

A empresa contratada deverá estar regularmente inscrita no respectivo Conselho profissional e comprovar a sua capacidade técnico-profissional e técnico-operacional, calcada em um quadro permanente com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do Art. 67 da Lei 14.133/21. Ambos, empresa e profissional, deverão apresentar, respectivamente:

Atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo ao acompanhamento/fiscalização de obras, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Certidões (s) de responsabilidade técnica - ART, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) de nível superior (engenheiros executado para pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado de forma satisfatória, atividades pertinentes e compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da presente contratação.

Conforme demonstrado acima, a capacidade técnica dos profissionais é comprovada por meio de certidões, as quais podem ser somadas a fim de aferir a expertise da equipe que será responsável pelo objeto deste processo licitatório.

Os requisitos técnicos serão mais bem descritos no Projeto Básico/Termo de Referência.

Gerais:

Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato. No tocante às relações de trabalho, deverá ser observado com especial atenção à adoção de:

Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR nº 6;

Registra-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Práticas de Sustentabilidade e Acessibilidade:

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

Assim, a empresa contratada deverá valer-se ainda das seguintes normas e diretrizes:

Normas ABNT para sustentabilidade:

- a) ABNT ISO/TR 14062:2004 – Gestão ambiental - Integração de aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento do produto;
- b) ABNT NBR 16001:2012 – Responsabilidade social — Sistema de gestão — Requisitos;

- c) ABNT NBR ISO 10002:2005 – Gestão da qualidade - Satisfação do cliente - Diretrizes para o tratamento de reclamações nas organizações;
- d) ABNT NBR ISO 10014:2008 – Gestão da qualidade - Diretrizes para a percepção de benefícios financeiros e econômicos;
- e) ABNT NBR ISO 14001:2015 – Sistemas de gestão ambiental — Requisitos com orientações para uso;
- f) ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014 – Gestão ambiental - Avaliação do ciclo de vida - Princípios e estrutura;
- g) ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014 – Gestão ambiental - Avaliação do ciclo de vida - Requisitos e orientações;
- h) ABNT NBR ISO 26000:2010 – Diretrizes sobre responsabilidade social;
- i) ABNT NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos - Diretrizes;
- j) ABNT NBR ISO 50001:2018 – Sistemas de gestão da energia;
- k) ABNT NBR ISO 9001:2015 – Sistemas de gestão da qualidade - Requisitos;
- l) ABNT NBR ISO 9004:2010 Versão Corrigida:2019 – Gestão da qualidade — Qualidade de uma organização — Orientação para alcançar o sucesso sustentado;

Legislação Ambiental e correlatas:

- a) Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- b) Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima;
- c) Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- d) Decreto nº 10.024/2019 – Regulamenta o pregão eletrônico;
- e) Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- f) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional;
- g) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- h) Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal;
- i) Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 – Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal e;

Gerenciamento de Contratações

- j) Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;
- k) Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Dispõe sobre a vedação ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados de utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto e dá outras providências;
- l) Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

6. Levantamento de Mercado

Dada a dimensão da obra contratada e o expressivo valor do investimento do dinheiro público, entende-se necessário lançar mão de serviço especializado de apoio à fiscalização, com o intuito de que se tenha melhor controle dos serviços executados e da qualidade dos materiais empregados. Ademais, o acompanhamento do cronograma de obra será mais minucioso e completo, uma vez que profissionais com experiência comprovada nos serviços a serem executados estarão presentes durante todo o desenvolvimento da obra, cotidianamente.

O serviço de fiscalização e controle de obras é atividade especial exercida no ecossistema da engenharia, o que o caracteriza como uma excelente ferramenta no desenvolvimento do projeto em questão, de forma que o valor orçado para o serviço **R\$ 1.321.723,91 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e um centavos)** será equivalente a menos de 10% do valor total da obra. Portanto, entende-se que os resultados a serem obtidos por meio do investimento na contratação abrangida por este Estudo será extremamente benéfico para a Administração pública, seus servidores e para a população que usufrui dos serviços prestados pela Polícia Federal.

Adicionalmente, foram realizadas pesquisas no que tange às contratações de serviços especializados de gerenciamento e fiscalização de obras públicas no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública, com o objetivo de verificar soluções similares, como rol exemplificativo, que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente ETP.

Do quadro a seguir, observa-se que vários órgãos adotam estratégias similares de contratação de serviço especializado de fiscalização de obras públicas:

Órgão	Edital	Data	Contratação	Escopo do Serviço
FIOCRUZ (Eusébio-CE)	RDC ELETRÔNICO Nº 01/2022- COGIC Orçamento: R\$: 2.424.114,92	28/03 /2022	Modalidade Regime Diferenciado de Contratações Públicas, na forma eletrônica (RDC-e), em modo de disputa ABERTO cujo critério de julgamento será o MAIOR DESCONTO, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	Contratação de serviço de apoio técnico à fiscalização de obras de dois empreendimentos: (1) obra de reforma para adequação e complementação do bloco de pesquisas e demais áreas do campus; (2) obra para construção da central de inativação térmica. Área tot. reformada: 10.470,59 m².
RECEITA FEDERAL DO BRASIL (Vitória da Conquista-BA)	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 Orçamento: R\$: 318.199,74	07/02 /2022	Licitação, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnico-profissionais de assessoria à fiscalização que será exercida sobre as obras de reforma do prédio sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista-BA. Área construída: 1.800m².

Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul - CREMERS	<p>PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2021</p> <p>Orçamento: R\$: 143.693,21</p>	28/04/2021	Licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por PREÇO GLOBAL.	Contratação de serviço técnico-profissional de assessoria à fiscalização na área de engenharia/arquitetura para atuar nas reformas a serem executadas em imóveis do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul – CREMERS, localizados em Porto Alegre-RS. Área total: R\$ 440,46 m².
Governo do Estado da Bahia - SUPAT.	<p>Projeto Básico</p> <p>Orçamento: R\$: 5.981.633,32</p>	03/12/2018	Dispensa emergencial	Contratação para prestação de serviços de apoio técnico à fiscalização e engenharia consultiva de projetos e serviços de engenharia.

7. Descrição da solução como um todo

Trata-se de contratação de pessoa jurídica, atuante na área de engenharia, para execução de serviços técnicos de supervisão e apoio à fiscalização da execução da obra da nova sede da DPF/OPE/AP, visando a elaboração de relatórios técnicos e acompanhamento da execução em atendimento às normas vigentes e orientações jurisprudenciais.

Com esta licitação busca-se contratar empresa especializada na prestação de serviços de apoio na área fiscalização de obras, realizando as seguintes tarefas, entre outras correlatas: elaboração e validação de projetos, de especificações e de orçamentos, e fiscalização de projetos e obras, acompanhando a qualidade de execução desses serviços e demais serviços de engenharia. Tais tarefas envolvem a necessidade de serviços de Engenharia Civil, Elétrica.

A solução escolhida pela Administração, por ser a mais viável tecnicamente e economicamente, foi a contratação no regime de empreitada por preço global, já que após a confecção dos estudos e projetos técnicos, é possível a definição de quantidades mensuráveis através de unidades de medida, cujo valor total do contrato será resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas, totalmente aplicável ao objeto em contratação, que se refere aos serviços técnicos de apoio na obra de construção de edificações novas.

A metodologia a ser utilizada é a fiscalização como atividade exercida de modo sistemático, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, com a não participação de servidores da Polícia Federal com dedicação exclusiva no canteiro do obras.

Como requisito necessário para o atendimento da necessidade, na execução dos serviços previstos na obra, a Contratada deverá dispor de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a correta e completa execução do objeto.

Ademais, a empresa contratada deverá ter, contínua e progressivamente, informações atualizadas acerca do desenvolvimento da obra. A contratada deverá ser capaz de disponibilizar tais dados à contratante, sempre que demandada.

As especificações técnicas e demais informações são o tratadas no Termo de Referência/Projeto básico e nos seus anexos.

Alguns dos serviços de fiscalização objetos deste processo licitatório serão executados de forma permanente e cotidiana, com regime de trabalho mensalista, enquanto outros serão prestados de forma eventual, sob demanda, como mais bem explicitado no Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos.

O acompanhamento e fiscalização da execução deverão ocorrer durante toda a obra de construção da nova sede da DPF/OPE/AP, sempre acompanhados de relatórios.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades de serviços a serem contratados foram levantados com base em projetos executivos elaborados por profissionais de empresa contratada para este fim, utilizando plataforma BIM, o que possibilitou a geração de quantitativos precisos.

O produto em questão foi denominado de Coordenação-geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e controle de Obra, pormenorizado em seus serviços interdependentes a serem desenvolvidos, conforme apresentado a seguir:

Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de Obra;

Apoio à Fiscalização para emissão de parecer técnico - Engenharia Elétrica;

Serviços Topográficos - Verificação de locação da obra;

Serviços Topográficos - Acompanhamento e cálculo de volume do movimento de terra (mapa de cubação, notas de serviço etc.);

Acompanhamento Técnico - Engenharia Elétrica;

Controle Tecnológico de Concreto c/ rompimento de corpo de prova à compressão;

Deslocamento para tratar de assuntos no interesse da obra da nova DPF/OPE/AP.

As especificações técnicas e demais informações pormenorizadas de cada produto são tratadas no Termo de Referência e no Caderno de Encargos.

Para atendimento do objeto da contratação será necessária a composição de equipe com os seguintes profissionais, a serem alocados ao longo do prazo de execução da obra de 24 meses, de acordo com a necessidade do emprego do profissional.

Posto de Coordenação-Geral, Acompanhamento Técnico, Ambiental e Controle de obra, formado pelos seguintes profissionais (COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA):

01 Engenheiro Civil Sênior, durante 24 meses; 01 Técnico em Edificações, durante 24 meses.

Posto de Apoio à Fiscalização para emissão de Parecer Técnico, por chamado/demanda, formado pelo seguinte profissional (SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA);

01 Engenheiro Eletricista, durante 14 meses.

Posto de Serviços Topográficos para Verificação de Locação de obra, por chamado/demanda, formado pelo seguinte profissional (SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA);

01 Topógrafo, até 2.391,08 m².

Posto de Serviços Topográficos para Acompanhamento e Cálculo de Volume do Movimento de Terra, por chamado/demanda, formado pelo seguinte profissional (SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA);

01 Topógrafo, durante 2 meses.

Posto de Acompanhamento técnico, formado pelos seguintes profissionais (SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA):

01 Engenheiro Eletricista, durante 10 meses.

Serviço, por chamado/demanda, de Controle Tecnológico de Concreto com Rompimento do Corpo de Prova à compressão de 1236 unidades;

Deslocamento, por demanda, para tratar de assuntos de interesse da Obra da Nova DPF/OPE/AP, até 48 viagens;

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.321.723,91

Os custos estimados foram apurados com base em estimativas das quantidades de profissionais necessários para cada etapa da obra de construção da nova sede da DPF/OPE/AP.

Com base nos quantitativos, foi elaborada planilha orçamentária estimativa de custos da contratação, cujo valor global estimado foi de R\$ 1.321.723,91 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e um centavos).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 47, inciso II, da nº Lei 14.133, dispõe que as licitações de serviços atenderão aos princípios: II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

O parcelamento de serviços em geral previsto no supracitado artigo da Nova Lei de Licitações refere-se a uma análise da divisibilidade do objeto, a ser adotada quando se identificar o potencial aumento da competitividade, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala.

Via de regra, a Administração deverá proceder ao parcelamento do objeto, sempre que a natureza da obra, serviço ou compra for divisível e configure-se técnica e economicamente viável, ou seja, desde que não exista prejuízo financeiro ou técnico ao conjunto licitado, conforme Súmula nº 247 do TCU.

No caso em tela, o objeto não será parcelado visando à otimização dos recursos e à logística de cada atividade. Entende-se que o parcelamento do objeto não é vantajoso para a SR/PF/SE, e que as atividades de planejamento, acompanhamento e recebimento do objeto, bem como de todos os documentos necessários para cada uma dessas etapas, devem ser executados pela mesma contratada pelos seguintes fatores:

Ganho de produtividade com encadeamento das atividades;

Descontinuidade do conhecimento e dificuldade no repasse de informações; e

Atenuação dos riscos de descontinuidade da contratação.

Ademais, considerando que os serviços técnicos profissionais especializados de apoio à fiscalização são por sua natureza executados de forma integrada, sequencial e contínua, devidamente encadeados, como consequência, não se aplica o parcelamento da sua solução.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços objeto desta contratação guardam relação com a execução da obra da nova Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque, que se encontra em fase de contratação sob o processo SEI nº 08361.000950/2024-22.

Logo, a atual pretensão contratual se deu exclusivamente em função da existência da demanda de processo de execução da obra supramencionada.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação em questão será incluída no Plano Anual de Contratações de 2024.

A contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O contrato a ser firmado visa a atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços de fiscalização, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Amapá.

A presente solução trata-se da contratação de uma equipe multidisciplinar que servirá de apoio na fiscalização de uma grande construção que, quando concluída, trará benefícios diretos e indiretos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos.

A edificação atenderá a demanda da polícia federal em termos de infraestrutura e segurança, contemplando espaços para: depósitos com capacidade apropriada à guarda de bens apreendidos; estacionamentos em geral; auditório; refeitório; salas (reunião, chefia e de ambiente coletivo); local para treinamento tático operacional; hall de atendimento e de prestação de serviços ao público, com sanitários acessíveis, mais amplos e confortáveis.

Nesse contexto, não resta dúvida que a DPF/OPE/AP, ao final da construção, irá realizar suas atividades institucionais em estreito alinhamento com a visão institucional da Polícia Federal como sendo referência em Segurança Pública em âmbito nacional, preservando direitos e fortalecendo-se como órgão de Estado. Assim, a construção justifica-se para alcançar os aspectos de condições físicas e ambientais, apresentando melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

Em termos operacionais, espera-se ampliar a estrutura de elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização das obras e projetos da SR/PF/AP, para atender as necessidades do órgão.

Com a solução ora proposta, busca-se: viabilizar apoio à equipe de fiscalização da SR/PF/AP durante a construção da nova sede da DPF/OPE/AP, que visa proporcionar o funcionamento das diversas unidades, garantindo conforto e segurança para servidores e usuários da Polícia Federal.

Os benefícios pretendidos com a contratação são:

Melhor gerenciamento da obra;

Redução nos riscos de recebimento de produto/objeto distinto das características contratadas, do prazo previsto e do preço estipulado;

Medições ágeis e assertivas;

Processo de pagamento pelos serviços prestados facilitado.

14. Providências a serem Adotadas

Antes do início da obra, a administração deve definir os servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual, bem como deve capacitá-los a fim de ter um acompanhamento rigoroso e adequado das ações previstas nos projetos apresentados.

Disponibilização de espaço físico para a equipe de apoio à fiscalização se alocar no canteiro de obras.

Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização da equipe contratada, exigindo que todas as entregas sejam realizadas conforme acordado entre as partes.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

Neste contexto, no desenvolvimento do trabalho de fiscalização, medição e afins, que estarão a cargo da contratada, os impactos ambientais serão mínimos ou até mesmo inexistentes.

A Contratada deverá, ainda, fiscalizar a empresa executora da obra quanto à observância das normas e melhores práticas de sustentabilidade, bem como quanto à comprovação da origem legal de madeiras e agregados da construção civil empregado na construção da nova sede da DPF/OPE/AP.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 58/2022, e em observância ao modelo de ETP disponível no sítio compras.gov.br, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

Ademais, os benefícios pretendidos são adequados os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

Além disso, foi possível especificar critérios objetivos de contratação, elencados ao longo deste documento.

Diante do exposto, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a solução proposta**, devido a sua imprescindibilidade para um bom resultado e desempenho da fiscalização da obra da construção da nova sede da DPF/OPE/AP.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO VICTOR MELO COUTINHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/07/2024 às 12:09:44.

SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/07/2024 às 12:09:00.

VITOR MORAES SOARES

Autoridade competente